

Inauguradas instalações das VTs com funcionamento eletrônico



No dia 11 de novembro foram inauguradas as novas instalações das 21ª, 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba, que funcionam eletronicamente, no prédio anexo ao Fórum Trabalhista. Magistrados, procuradores, advogados e servidores compareceram à solenidade **p.4**

Juiz substituto é investido na 9ª Região da Justiça do Trabalho

Foi investido no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná, no dia 23 de novembro, o magistrado Moacir Antonio Olivo. Natural de Medianeira (PR), desde novembro de 2008 exercia a magistratura no Tribunal do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo). Sua permuta para o Paraná dá-se com a juíza substituta Érica Escarassatte. Participaram do ato magistrados, advogados e servidores. **p.3**

Balanço da Gestão 2007-2009 no TRT da 9ª Região

A elaboração do planejamento estratégico do TRT do Paraná, a implantação do processo eletrônico com as novas varas digitais, o pioneirismo no desenvolvimento de projetos de gestão e de informática e a aplicação de programas de cidadania são alguns dos destaques da atual gestão do regional paranaense, que se encerra no próximo dia 3, marcada pela maior proximidade com o jurisdicionado. **p.8 a 10**

Nesta Edição

- Projeto com vistas à segurança institucional **p.3**
- EJ e Ematra IX concluem projeto científico **p.5**
- TRT sedia encontro de diretores e secretários judiciários **p.6 e 7**
- Mutirão da Conciliação no Paraná em dezembro **p.11**

Palestra sobre Direitos Humanos na Escola Judicial

Jussara Elisa

O professor David Sánchez Rubio proferiu, em 6 de novembro, a palestra "Sensibilidade e responsabilidade do Judiciário frente aos Direitos Humanos", no auditório da Escola Judicial do TRT do Paraná. A conferência, que fez parte da programação do 3º Curso de Formação Inicial de Juízes Vitaliciandos da 9ª Região, foi aberta aos demais magistrados e ser-

vidores. O conferencista é doutor em Filosofia do Direito, professor titular de Filosofia do Direito da Universidade de Sevilha, Espanha (com atual ênfase de pesquisa na investigação das Teorias da Justiça e Direitos Humanos), autor e co-editor de vários livros, como "Direitos Humanos e Globalização: Fundamentos e Possibilidades desde a Teoria Crítica" e "Filosofia e Cidadania". O professor David proferiu conferências em 2006 e 2008 na 9ª Região. ■



O professor David Sánchez Rubio (no destaque) proferiu, em 6 de novembro, a palestra "Sensibilidade e responsabilidade do Judiciário frente aos Direitos Humanos"

Visitação Pública no TRT-PR

Jussara Elisa

Em novembro, duas instituições de ensino visitaram o TRT-PR. No dia 10, foi a vez dos estudantes da UniContestado de Mafra/Rio Negro. E no dia 12, os alunos da Unipar de Toledo. Na oportunidade,

os acadêmicos conheceram os Serviços Processual, de Cadastramento Processual, Biblioteca e as 21ª, 22ª e 23ª Varas de Curitiba. Os alunos da Unipar assistiram, ainda, a vídeo explicativo sobre as Varas com funcionamento eletrônico. ■



Alunos da Unipar de Toledo em visita ao TRT do Paraná, em 12 de novembro

Expediente

Informativo Nona

Publicação mensal do TRT-PR

Presidente:

Desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista

Vice-Presidente:

Desembargador Luiz Eduardo Gunther

Corregedor Regional:

Desembargador Ney José de Freitas

Diretor-Geral: Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Eliane Márcia Brito

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessora de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Jussara Elisa (MTB 2440/PR)

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

Fotografia:

Inara Passos, Jussara Elisa e Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR, Assembleia Legislativa do Paraná e Câmara Municipal de Ponta Grossa

Revisão:

César Caldas, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto

Diagramação:

Joel Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Impressão:

Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA:

Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR
Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

Juiz substituto é investido na 9ª Região



O juiz Moacir Olivo (2º à esquerda) ao lado do advogado Aramis Silveira, da presidente Rosalie Batista, do juiz Carlos Conte e do advogado Marco Villatore

Jussara Elisa

Foi investido no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná, em 23 de novembro, o magistrado Moacir Antonio Olivo. Desde novembro de 2008 exercia a magistratura no Tribunal do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo). Sua permuta para o Paraná dá-se com a juíza substituta Érica Escarassatte.

Natural de Medianeira (Paraná), o magistrado concluiu Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - Campus de São Miguel do Oeste, em 2005. Também é bacharel em Administração pela mesma instituição de ensino. Tem

pós-graduação em Controladoria e Finanças e em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Dentre as inúmeras atividades que desempenhou antes da magistratura, foi perito (elaboração de cálculos trabalhistas) e advogado.

■ A CERIMÔNIA

Participaram do ato magistrados, advogados e servidores. A Associação dos Advogados Trabalhistas foi representada pelo seu presidente, Marco Antônio César Villatore.

Fez uso da palavra, na oportunidade, a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Paraná, pelo seu secretário-geral adjunto, Aramis de Souza Silveira. O advogado

deu as boas-vindas ao magistrado Moacir. Lembrou que é bastante positiva a relação profissional entre os magistrados da 9ª Região e a advocacia, augurando a continuidade do relacionamento.

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região foi representada pelo seu presidente em exercício, juiz Carlos Augusto Penteado Conte. "Aqui compareço para cumprimentar o mais novo integrante da 9ª Região. Felicidades e boa sorte". O juiz Carlos entregou a carteira funcional ao novo magistrado da Justiça do Trabalho do Paraná.

O juiz Moacir disse, em seu pronunciamento, que é um prazer enorme integrar o corpo de magistrados da 9ª Região e uma satisfação fixar residência no Paraná.

Em seu pronunciamento, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, falou sobre a carreira do magistrado e lembrou que está deixando a presidência do Tribunal. "É a última vez que, na condição de presidente do Tribunal, eu conduzo neste gabinete a investidura de um juiz substituto. Tenha a certeza de que o fiz sempre com a satisfação própria de uma magistrada que é a de posse mais antiga na 9ª Região e para quem, receber um colega que tem a mesma vocação, é motivo de grande júbilo." ■

Projeto de Segurança Institucional

A presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Batista, recebeu, em 16 de novembro, do grupo de trabalho formado por servidores da Direção-Geral e da Secretaria Administrativa, o Projeto de Segurança Institucional (PSI).

O PSI foi concebido a partir de determinação da presidência para que fossem criadas ações mais favoráveis à proteção da integridade física e da vida humana - de magistrados, servidores e demais pessoas que transitam diariamente por todos os prédios da Justiça do Trabalho no Paraná, e também do patrimônio público e do acervo de processos e documentos do 9º Regional.

O projeto visa a desenvolver gestões e ações integradas, constituídas dos conceitos, premissas e diretrizes consolidadas na Política de Segurança Institu-

cional do TRT da 9ª Região. Deixam-se de lado, portanto, as ações isoladas, nas quais cada unidade era considerada em separado, e passa-se a tratar a questão de segurança de forma global. Segundo o diretor-geral, Vanderlei Crepaldi Peres, essa nova concepção possibilitará uma melhor utilização da restrita verba que é destinada no orçamento geral do Tribunal para esse fim. "Desse modo, a segurança pessoal e patrimonial passará a ser provida não mais por pedidos individuais, mas sim pela demanda geral, observados critérios objetivos e técnicos estruturados com apoio nas informações e orientações obtidas junto aos órgãos de segurança pública que atuam

no Estado do Paraná. Esses critérios terão por base questões como índice de criminalidade local, patrimônio a ser protegido, histórico de ocorrências, etc."

O projeto é composto de três módulos: Serviços, Dispositivos e Procedimentos. A elaboração do estudo contou com a colaboração da Amatra-IX. ■



Presidente recebe o projeto de segurança institucional

Inauguradas instalações das Varas do Trabalho com funcionamento eletrônico

Jussara Elisa

No dia 11 de novembro foram inauguradas as instalações das 21ª, 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba, que funcionam eletronicamente, no prédio anexo ao Fórum Trabalhista (Av. Vicente Machado, 400).

As unidades, desde que foram inauguradas, em agosto e setembro deste ano, estavam provisoriamente no prédio 147 da mesma avenida. As novas instalações das VTs têm área total de aproximadamente 1.300 m², do 7º ao 11º andar.

■ A SOLENIDADE

Magistrados, procuradores, advogados e servidores prestigiaram a solenidade. O primeiro discurso da tarde foi da OAB do Paraná, por seu conselheiro, o advogado Hélio Gomes Coelho Júnior. “Sabemos todos que, na verdade, iremos nos confrontar em certas questões e em certos momentos, mas efetivamente o futuro foi antecipado. Convivamos bem com ele”.

Segundo o chefe da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região, procurador Ricardo Bruel da Silveira, o processo eletrônico é caminho inexorável da Justiça brasileira. “O Ministério Público do Trabalho parabeniza a administração do Tribunal pelo êxito de promover os primeiros passos em direção ao projeto das varas com funcionamento eletrônico, estendendo também os nossos parabéns a todos os magistrados e servidores responsáveis pelo projeto”.

A Amatra IX foi representada na solenidade pela juíza Valéria Rodrigues Franco

da Rocha, titular da 13ª Vara do Trabalho de Curitiba e diretora social da associação, que parabenizou a todos os envolvidos.

O juiz Cássio Colombo Filho, titular da 21ª VT de Curitiba, falou em nome dos três titulares das varas que funcionam eletronicamente. Enalteceu o trabalho de magistrados e servidores responsáveis pela implantação do processo eletrônico.

“Minha palavra se destina a todos, carregada de agradecimento”, falou em seu discurso o presidente da Comissão de Informática do TRT do Paraná, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos. Na oportunidade, lembrou que se dá por concluída mais uma etapa de implantação do processo eletrônico.

O último discurso da cerimônia foi da presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. “Ao inaugurarmos hoje, neste prédio, espaço planejado, unificado e mais adequado para seu funcionamento, junto às demais varas, concluímos a guinada em direção a um novo tempo. Tempo de digitalização. Tempo também de maior economia de recursos para as partes, seus advogados e o aparelho estatal. Tem-

po de preservação do meio ambiente pela redução do uso do papel ao mínimo possível. A meta 10 do CNJ, como de resto também as outras nove, concorre em favor do escopo de concretizar o comando constitucional da duração razoável do processo. É o que estamos fazendo e as próximas administrações, seguramente, também o farão, a partir dessa experiência de sucesso”.

Os magistrados Sérgio Murilo Lemos, Cássio Colombo Filho, Rosemarie Pimpão (diretora da EJ e vice-presidente eleita do TRT-PR), José Aparecido dos Santos (diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba), Márcia Domingues e Ney Olivé Malhadas (titular da 23ª VT) descerraram as placas inaugurais.

Ao final, foi oferecido coquetel pela Caixa Econômica Federal. ■



O juiz Cássio Colombo Filho (titular da 21ª VT) e o desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos descerraram a placa inaugural da 21ª VT de Curitiba



O juiz José Aparecido dos Santos e a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão descerraram a placa inaugural da 22ª VT de Curitiba



O juiz Ney Olivé Malhadas e a desembargadora Márcia Domingues descerraram a placa inaugural da 23ª VT de Curitiba

Projeto científico da EJ e da Ematra é realizado durante encontro da Amatra

Jussara Elisa (com reportagem de Gisele Brisk)

A quinta etapa do projeto científico "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações" - iniciativa desenvolvida pela Ematra em parceria com a Escola Judicial, foi realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 12 e 13 de novembro, durante o encontro regional anual da Amatra-IX.

Em seu pronunciamento, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, falou sobre a grandeza do evento: "a simples leitura dos temas escolhidos mostra a atualidade e relevância para o objeto de estudo de nossa atividade, a que se alia à feliz indicação dos conferencistas".

■ HOMENAGEM

A ex-presidente do TRT-PR (gestão 1999-2001) Adriana Nucci Paes Cruz foi homenageada durante o encontro. Recebeu das mãos da presidente Rosalie Batista álbum com fotografias da sua carreira na magistratura trabalhista.

Coube à desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, diretora da Escola Judicial e vice-presidente eleita do TRT, cumprimentar a homenageada em nome dos colegas. "A dimensão de seu caráter mostrou-se, vezes sem conta, quando do exercício da razão sensível, da rara perspicácia, da ética sem ambiguidades ou do humor moldado em fina ironia. Dotada de inteligência elevada, cultura de refino e elegância natural, a juíza Adriana dedicou à magistratura do trabalho o saber humanístico que a diferenciava nas atribuições

jurisdicionais", disse a desembargadora Rosemarie Pimpão.

■ O PROJETO

A primeira palestra do evento foi proferida pelo procurador do trabalho Raimundo Simão de Melo (15ª Região) sobre o tema "Efetividade da Tutela Jurídica do Meio Ambiente do Trabalho". O palestrante defendeu a atuação conjunta dos sindicatos, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho na prevenção de acidentes. Segundo o procurador, é preocupante a quantidade de acidentes que vitimam trabalhadores, reduzindo a sua capacidade de trabalho ou tirando-lhes a vida. Alertou que o ambiente de trabalho doente traz consequências enormes não apenas ao trabalhador, mas à empresa. "É um problema social e econômico que afeta toda a sociedade. No Brasil são gastos 42 bilhões de reais por ano com aci-

dentes de trabalho". Segundo o procurador, é preciso avançar para reverter esse quadro, adotando mudanças de postura frente à degradação da vida humana.

No final do dia, o sistema Juriscalc - *software* desenvolvido pela 8ª Região para auxiliar nas fases liquidanda e exequenda do processo do trabalho - foi apresentado pelo assessor de economia do TRT-PR, servidor Juarez Varallo Pont.

No dia 13, o ministro Walmir Oliveira da Costa abordou o tema "A visão do TST sobre a dispensa coletiva de trabalhadores". Falou sobre a estrutura da Seção de Dissídios Coletivos e jurisprudência da Corte Superior para decidir os conflitos coletivos econômicos e jurídicos nas relações de trabalho. O ministro, ao comentar casos julgados, defendeu que o desligamento em massa deve levar em consideração o cenário econômico e social dos envolvidos no conflito. ■



6ª etapa das discussões sobre o meio ambiente foi realizada em Toledo

Toledo foi sede da sexta etapa do projeto científico "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações", desenvolvido em conjunto pela Escola Judicial e Ematra-IX, em 27 de novembro, na Universidade Paranaense.

A etapa do projeto, coordenada pela titular da Vara do Trabalho de Toledo, juíza Simone Galan Figueiredo, mantém a intenção de interiorização dos debates sobre meio ambiente. A iniciativa foi compartilhada também pela Escola da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região. Dentro da programação, as palestras "Construção de modos operatórios e a teoria da regulação. Ergonomia - NR-17 e a proteção da saúde do trabalhador - panorama atual e desafios" e "A organização do trabalho, a cognição e o processo produtivo e sua influência na saúde dos trabalhadores", proferidas pelo auditor fiscal do trabalho no Rio Grande do Sul e professor da UFRGS Paulo Antonio Oliveira e pela professora da mesma universidade Lia Buarque de Macedo Guimarães, respectivamente. Foram debatedores, o juiz do Trabalho Paulo Henrique K. e Conti e o médico perito da PRT da 9ª Região Elver Moronte.

■ Jussara Elisa

TRT-PR sedia encontro de diretores e secretários judiciários



Mesa de abertura do encontro nacional de diretores e secretários judiciários

Bruno Manenti, Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

O uso de novas tecnologias pelo Judiciário, suas repercussões, planejamento estratégico, responsabilidade social e cidadania foram temas discutidos no XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, que ocorreu de 18 a 20 de novembro, em Curitiba. Ao longo de três dias, representantes de 21 dos 24 TRTs brasileiros debateram temas também relacionados à gestão estratégica, preservação da memória, processo eletrônico e direitos da pessoa com deficiência, dentre outros.

“O que fazemos – seja na área da tecnologia da informação, seja na metodologia da gestão administrativa e de pessoas – deve ter seu foco voltado ao cumprimento da razão de ser da nossa instituição. Como órgãos públicos da União, integrantes de um de seus poderes, cada tribunal tem peculiaridades que lhes conferem um cunho singular. Contudo, é da conjugação de suas inteligências que são construídos os avanços necessários ao seu desejado desenvolvimento”, disse a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michele Bacila Batista, durante solenidade de abertura do evento. Na oportunidade, a magistrada presidiu a mesa, ao lado do corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho (e presidente eleito do Tribunal), desembargador Ney José de Freitas; dos servidores Roberto Carlos de Almeida (coordenador nacional do evento) e Ana

Cristina Navarro Lins (coordenadora regional); e do gerente regional para o Poder Judiciário da Superintendência Curitiba da Caixa Econômica Federal, Adriano Borges Resende.

O coordenador nacional do encontro, Roberto de Almeida (TRT da 12ª Região – Santa Catarina), ressaltou, em seu pronunciamento, que a edição do evento no Paraná “dá continuidade às reflexões sobre as transformações tecnológicas e culturais que estamos vivenciando na Justiça do Trabalho e em todo o Poder Judiciário, na busca do aprimoramento da atividade jurisdicional”.

A coordenadora regional do encontro e secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada do TRT do Paraná, Ana Lins, enfatizou a importância do evento, que teve preocupação especial com as discussões sobre o futuro do Judiciário e com questões ligadas ao meio ambiente (todo o material distribuído aos participantes tinha o conceito ambiental).

A presidente do 9º Regional entregou ao coordenador nacional do encontro, simbolicamente, gravura ilustrando pontos turísticos de Curitiba, produzida pelo artista plástico Jairo Culau, servidor da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Ao final do evento, todos os participantes receberam uma lembrança do Paraná. O evento teve patrocínio da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com apoio da Escola Judicial do TRT-PR e da

Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio do Instituto Municipal do Turismo.

■ GESTÃO ESTRATÉGICA

A primeira palestra do encontro foi sobre “Gestão Estratégica no Poder Judiciário”, proferida pela diretora do Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Ana Carolina Lemos Chaer. A servidora sugeriu a adoção de algumas práticas com a finalidade de atingir as 10 Metas de Nivelamento propostas pelo CNJ. Citou medidas que viabilizam o acesso à Justiça, como a instituição do protocolo integrado e a realização de mutirões carcerários periódicos. Ana lembrou que para colocar em prática o planejamento estratégico é necessário assegurar recursos orçamentários e implementar metodologia. Alertou que “não se pode gerir o que não se pode medir”, e enfatizou que os indicadores de desempenho são a forma de mensurar o índice de alcance dos objetivos estratégicos.

■ PROCESSO ELETRÔNICO

O processo eletrônico e suas repercussões foi um dos temas discutidos no segundo dia do encontro. Os juízes Bráulio Gusmão (coordenador da implantação do processo eletrônico na Justiça do Trabalho no Estado, titular da 4ª VT de Curitiba e assessor da Presidência do TRT-PR) e Lindinaldo Marinho, da Justiça do Trabalho da Paraíba, abordaram os caminhos que a Justiça vem percorrendo para o que chamaram de novo momento do Judiciário. Os dois juízes lembraram a importância do treinamento dos servidores para as novas necessidades que o processo eletrônico impõe, uma vez que elimina muitas atividades próprias do processo convencional, como numeração de páginas e juntada de documentos. “O servidor que passa a trabalhar com o processo digital deve ter uma visão sistêmica do processo judicial, passando a ser um assistente do juiz”, registrou o magistrado paranaense, que enfatizou também a importância da gestão documental. Também foi abordado, no segundo dia do encontro, o e-Julg, sistema eletrônico que permite a elaboração das decisões judiciais baseada em transferência de dados fixos, com o auxílio de informações obtidas pelo histórico de decisões anteriores. O e-Julg busca auxiliar

magistrados na redação de suas decisões, automatizar as sessões de julgamento e otimizar a gestão das atividades inseridas nesses processos. O projeto é coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho com base no e-Gab, programa do TRT-PR, ao qual incumbe o desenvolvimento do novo software a ser distribuído nacionalmente.

Outro assunto em discussão foi o Malote Digital, que permite o envio de correspondência por meio de mensagens eletrônicas, resultando em economia de tempo na remessa de documentos entre os diversos órgãos da Justiça. A superintendente da Seção de Sistemas de Apoio à Decisão do TST, Camila Ribeiro Rocha, falou sobre o sistema, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e cedido para o CNJ. De acordo com ela, existem várias vantagens do novo malote digital. Uma delas é a economia em gastos com papel, impressão e correio: o TJRN economiza R\$2 milhões anuais com o programa. Os arquivos estão sempre no formato PDF, há confirmação no envio e a possibilidade de envio sigiloso. Uma novidade do sistema é o notificador, que avisa a cada 30 minutos se há um novo documento em espera ou não, eliminando a necessidade de acessar o malote várias vezes ao dia.

O conselheiro do CNJ e assessor de Planejamento e Gestão do TRT da 2ª Região (SP), Antônio Ernani Pedrosa Calhao, abordou o tema "Presteza jurisdicional como paradigma da administração judiciária". Comentou sobre a razoável duração do processo, que, segundo ele, "é indeterminada, mas não indeterminável", criticou a "teoria do não prazo" e reafirmou a neces-



Plateia do encontro de diretores e secretários judiciários, realizado em Curitiba, de 18 a 20 de novembro

sidade de estipular um tempo de duração para combater a morosidade.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social e cidadania foi o foco do último dia do encontro. O desembargador do TRT-PR Ricardo Tadeu Marques da Fonseca abordou a evolução dos direitos humanos ao longo da história e a ratificação da convenção internacional de direitos da pessoa com deficiência. Exemplo de superação ao se tornar o primeiro magistrado cego do Brasil, o desembargador Ricardo lembrou a necessidade de se oferecer instrumentos adequados para a inclusão do deficiente no mercado de trabalho. Alertou sobre a importância de o Brasil ter ratificado a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, incorporando seus artigos à Constituição brasileira, chamando para todos o papel de colocar em prática esses direitos.

A desembargadora Ana Carolina Zaina, presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, destacou no encontro a importância dos tribunais implantarem projetos de cidadania e sustentabilidade, citando práticas já adotadas pelo Regional paranaense, como o projeto de inclusão digital em que servidores da Justiça do Trabalho ensinam a crianças carentes os primeiros passos da informática.

Para completar a troca de experiência entre os regionais, foram abordadas, no último dia do encontro, as atividades do CSJT, pelo secretário executivo do Conselho, Adlei Cristian Carvalho Pereira. Na exposição sobre o projeto de Gestão Documental do Conselho, a assessora da presidência Lílian Pinheiro Dantas mostrou a importância da preservação da documentação nos Tribunais. A história do Arquivo Público Municipal de Curitiba também foi abordada pelo historiador Hugo Tavares. ■

Encontro de Ouvidorias da Justiça do Trabalho é realizado em Natal

Jussara Elisa

Foi realizado, nos dias 12 e 13 de novembro, em Natal (Rio Grande do Norte), o II Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, organizado pelo TRT da 21ª Região. Os temas do evento foram cidadania e gestão participativa.

Dentre os assuntos apresentados, "As garantias da magistratura e o direito à jurisdição ante o exercício do direito às Ouvidorias Judiciárias", "A experiência e o posicionamento do CNJ em relação às Ouvidorias de Justiça dos Tribunais Re-

gionais do Trabalho" e "Infraestrutura da Ouvidoria do TST".

O evento contou com a presença de representantes de 13 Regiões e do TST. Do TRT do Paraná, participaram o secretário-geral da Ouvidoria, Alcides Guimarães Filho; e Gil Fernando Leite Bastos, assessor da vice-presidência (unidade à qual a Ouvidoria está subordinada).

O encontro foi encerrado com a celebração da Carta de Natal (RN), que contém as conclusões do encontro, tais como: recomendar que os regimentos

internos dos Tribunais do Trabalho assegurem a existência de suas Ouvidorias, nos termos do art. 103-B, § 7º, da Constituição Federal, e sugerir a participação das Ouvidorias no Planejamento Estratégico Institucional dos Tribunais.

Ficou definido que os debates terão continuidade no III Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, em Florianópolis, no segundo semestre de 2010. O encontro pioneiro de Ouvidorias foi realizado em Curitiba, em 2008, organizado pelo TRT do Paraná. ■

Balanço da Gestão 2007-2009 no Tribunal do Trabalho da 9ª Região



Abertura da Semana Nacional da Conciliação, em 2008, pela ministra Ellen Gracie (à direita). Ao lado, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista

Flaviane Galafassi

A elaboração do planejamento estratégico do TRT-PR, a implantação do processo eletrônico com as novas varas, o pioneirismo no desenvolvimento de projetos de gestão e de informática e a aplicação de programas de cidadania são alguns dos destaques da atual gestão do regional paranaense, que se encerra no próximo dia 3.

O biênio é marcado pela maior proximidade com o jurisdicionado, o que pode ser visto no lançamento de projetos como a Carta de Serviços ao Cidadão, uma das últimas medidas da desembargadora Rosalie Batista à frente da administração do TRT-PR. A carta está sendo distribuída em formato de cartilha e visa a informar a sociedade sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, seus serviços e formas de acesso ao Judiciário Trabalhista. Será distribuída às unidades judiciárias do Paraná, sindicatos, associações, órgãos públicos ligados ao trabalho, como forma de esclarecer a população sobre as atividades da Justiça. Também poderá ser consultada via internet, no site do TRT - www.trt9.jus.br.

Na entrevista que segue, a atual presidente do TRT-PR fala sobre a transformação no Judiciário ocorrida nos últimos anos, a proximidade com o cidadão e os desafios da instituição.

■ **A Carta de Serviços ao Cidadão é uma das práticas de um Judiciário mais próximo à população?**

A Carta de Serviços é um dos produtos implementados a partir do planejamento estratégico do TRT-PR, ao qual demos início há dois anos. Foi elaborada por uma equipe composta por magistrados e servidores das duas instâncias, sob coordenação da juíza Ana Gledis Tissot Benatti do Valle, baseada na ferramenta do Gespública, programa do Ministério do Planejamento e Orçamento voltado à melhoria da gestão pública, com foco no cidadão. Na Carta está o compromisso da Justiça do Trabalho do Paraná em oferecer os serviços declarados e a orientação sobre como o trabalhador ou empreendedor tem acesso aos serviços das Varas do Trabalho e do TRT. É muito comum a pessoa não saber qual órgão procurar quando a questão é trabalhista. Temos várias consultas de pessoas procurando a Justiça para fazer carteira de trabalho, por exemplo. Com o texto, serão orientadas sobre como agir, em qualquer circunstância, na esfera trabalhista.

A Justiça do Trabalho não existe para outra coisa que não seja atender o cidadão. E essa é mais uma medida para concretizar esse nosso papel. O cidadão deve estar muito bem informado sobre como, onde e de que forma pode ter acesso às instâncias do Judiciário Trabalhista.

■ **O planejamento estratégico tem sido importante para a administração do TRT nos últimos dois anos?**

Iniciamos a elaboração do planejamento estratégico do TRT-PR ao final

de 2007. À época, a figura da gestão estratégica ainda se apresentava de forma tímida nos tribunais brasileiros, em que pese esse instrumento gerencial ser utilizado há muito tempo pelo setor privado e por alguns segmentos públicos em adiantado estágio de evolução administrativa. A adoção do planejamento estava prevista apenas de forma indireta na Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça. Portanto, ainda que fosse um instrumento gerencial consagrado pela ciência da administração e de uso sedimentado no mundo corporativo, tratava-se de incerteza em relação à sua aplicabilidade no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Hoje, temos a felicidade de constatar que o modelo já está identificado e solidificado como ferramenta gerencial eficaz e efetiva, que vem sendo introduzida em todos os tribunais do país. A Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça, editada há menos de oito meses, instituiu definitivamente, em seu artigo 1º, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Após essa experiência, estamos prontos para nos adequar ao Planejamento Estratégico Nacional, conforme estabelece o normativo do CNJ. Também estamos prontos para, em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), desenvolver e implementar o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, ação que se encontra em curso e da qual somos protagonistas pioneiros.

■ **Quais as inovações, além do planejamento estratégico, que podemos destacar nos últimos anos na Justiça do Trabalho do Paraná?**

Muitas inovações, inclusive decorrentes dessa própria planificação. Hoje, tudo que projetamos na Justiça é decorrente de projetos plurianuais e, não, focado em um gestor específico. Colocamos em prática o projeto Fidelis, que é a gravação de audiência. O CSJT pretende disseminar esse projeto a todos os tribunais brasileiros. As audiências gravadas estão disponíveis aos advogados pela internet, e o acesso às gravações facilita a atuação dos advogados. No Paraná, o sistema é utilizado atualmente por cinco varas do traba-

lho convencionais - 9ª e 17ª de Curitiba, 6ª de Londrina, 5ª de Maringá e Pato Branco - locais onde o projeto piloto foi desenvolvido, além das três varas de Curitiba que funcionam por meio eletrônico.

Outra inovação foi a instalação, em Curitiba, no segundo semestre deste ano, de três varas do trabalho que funcionam totalmente de forma eletrônica - a 21ª, 22ª e 23ª VTs de Curitiba. Aos poucos, o sistema será implantado em novas unidades.

Com objetivo de proporcionar maior rapidez no julgamento dos processos, também estamos investindo em programas que auxiliam a administração do Tribunal, como o e-Gestão, que acaba de ser destacado entre as 16 inovações do Judiciário brasileiro na 9ª Mostra Nacional de Qualidade do Judiciário. A ferramenta foi desenvolvida pelo regional paranaense há um ano e vem sendo utilizada como subsídio para as decisões da administração do Tribunal.

Também está em desenvolvimento pela Justiça do Trabalho do Paraná um programa que vai permitir maior agilidade no julgamento dos processos, tanto de Primeiro quanto de Segundo Grau. Trata-se do e-Julg, sistema eletrônico que permite a elaboração das decisões judiciais baseada em transferência de dados fixos, com o auxílio de informações adquiridas pelo histórico de decisões anteriores. O projeto é do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e está sendo desenvolvido pelo TRT do Paraná, com base em programa já existente no Segundo Grau da 9ª Região, que é o e-Gab.

■ A avaliação da senhora sobre a administração é positiva, então?

A Justiça do Trabalho do Paraná cresce a cada ano, o que pode ser observado, principalmente, pelo aumento das demandas trabalhistas. Na medida em que crescemos, aumentam as dificuldades de administrar um Regional com maior número de juízes e servidores, novas necessidades tecnológicas, altos investimentos. Porém, temos um quadro funcional de excelência e, em conjunto com medidas administrativas apropriadas, estamos finalizando a gestão com bons números.

Na última correição, realizada em setembro, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho Carlos Alberto Reis de Paula, ressaltou na ata de correição a rapidez no julgamento dos processos no TRT-PR, redução do resíduo processual

e a implantação do processo eletrônico. Enfatizou o pioneirismo do Tribunal do Paraná na área de informática, que tem atuado no desenvolvimento de projetos de modernização do Judiciário. O ministro destacou, ainda, a criação de um setor próprio destinado à digitalização dos processos que são remetidos ao TST, os bons resultados na Semana da Conciliação, a utilização do sistema Bacenjud, a adoção de postura criteriosa quanto ao vitaliciamento dos magistrados, a fixação de projetos e metas a serem alcançados com a elaboração do planejamento estratégico, a qualidade dos despachos nos recursos enviados ao TST e as medidas voltadas à qualidade de vida dos servidores e magistrados.

O corregedor-geral lembrou também que, embora o TRT do Paraná seja o sexto tribunal em movimentação processual do Brasil, o tempo de tramitação de um processo em grau recursal é pequeno. A média é de quatro meses de tramitação entre a autuação do recurso e seu julgamento.

Os programas de gestão documental, gestão ambiental e os dirigidos à saúde dos servidores foram elogiados na ata de correição, bem como os projetos em desenvolvimento, que vão ao encontro do planejamento estratégico do TRT-PR. O ministro fez menção ainda à Ouvidoria do órgão, que tem aproximado o Tribunal da sociedade, e à Escola Judicial, que assumiu um posicionamento de inter-relacionamento com juízes de Primeiro Grau, além da formação constante de juízes e servidores.

■ E quanto ao novo quadro de servidores e de juízes, reivindicação antiga e necessária para a Justiça do Trabalho do Paraná?

Conseguimos a aprovação do aumento do quadro de servidores pelo Congresso Nacional, com o apoio da bancada paranaense. São 320 novos cargos, que estão sendo preenchidos pelos aprovados no último concurso público, com validade até janeiro de 2010. Já chamamos 85 analistas e 67 técnicos e poderemos chamar, ainda, o remanescente de analistas e técnicos. O restante das vagas será preenchido com novo concurso a ser realizado no próximo ano.

Também realizamos concurso para juiz substituto no ano de 2009. Os 13 juízes aprovados estão se preparando para o início de suas atividades.

■ É possível observar, hoje, maior proximidade do Judiciário Trabalhista paranaense com a sociedade, por meio de divulgação junto à imprensa e informações atualizadas no site do TRT?

A sociedade espera transparência no Poder Público e nossa meta é atendê-la com informações atualizadas e seguras sobre o andamento dos serviços no Judiciário. Desta forma, estamos, cada vez mais, divulgando nosso trabalho à imprensa, para que a sociedade conheça o Judiciário Trabalhista. O setor de Assessoria de Imprensa do TRT-PR acaba de se classificar em segundo lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na área de relacionamento com a mídia, onde participaram departamentos de comunicação de Tribunais, Ministério Público e Defensorias Públicas de todo o País. É reconhecimento do esforço que estamos fazendo para melhor informar a sociedade.

O site do TRT-PR também foi classificado como o mais transparente em pesquisa realizada, no ano passado, pelo Instituto Brasileiro de Administração do Sistema



Magistrados e autoridades durante a instalação da Vara Itinerante da Justiça do Trabalho de Goioerê naquele município, em 10 de agosto de 2009

Judiciário (Ibrajus), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que avaliou as páginas de Tribunais do Trabalho, Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça de todo o País. A pesquisa levantou 16 itens considerados necessários a uma página institucional do Poder Judiciário para informar o cidadão, e o TRT do Paraná atendeu a 14 dos quesitos, tais como a existência de ouvidoria, a publicação de acórdãos e sentenças, dentre outros.

■ O crescimento da demanda no Judiciário implica em novas unidades judiciárias. Qual foi o investimento da Justiça do Trabalho do Paraná nessa área?

Concluimos, nos últimos dois anos, a implantação de novas varas do trabalho e postos de atendimento. Foram investidos quase R\$ 11 milhões em projetos e, principalmente, em obras de construção, reforma, adaptação e manutenção de edifícios diversos, inclusive visando à acessibilidade por portadores de deficiência. Tais obras abrangeram o novo Fórum de Maringá, a 3ª Vara de São José dos Pinhais, a 7ª de Londrina, o Posto de Atendimento de Ibaiti, as Varas Itinerantes de São Mateus do Sul e Goioerê, a reforma da Vara de Ivaiporã, da torre do Edifício Rio Branco, sede do TRT-PR, os novos plenários no edifício histórico, as sedes administrativas da Vicente Machado, 147 e do Arquivo no Cajuru.

O valor contempla também a revisão dos projetos e adequação da obra do novo Fórum de Londrina, que está em fase de conclusão da superestrutura; as reformas das Varas de Campo Mourão, Arapongas e Cianorte e a adaptação do Anexo Administrativo da capital para as três varas com funcionamento por meio eletrônico, todas em etapa final de execução. Inclui, do mesmo modo, a elaboração de projetos diversos, como o da instalação da Vara Itinerante de São Mateus do Sul e os projetos de construção da nova sede da Vara de Pato Branco, cuja obra deverá ter início no próximo ano.

■ O TRT-PR também se tornou referência quando o assunto é responsabilidade social?

O Tribunal está voltado às questões ambientais e sociais, discutindo o tema, como foi o caso do Fórum de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, realizado recentemente em Curitiba. Realizamos este ano mais uma edição do Projeto de Inclusão Digital "Roberto Dala Barba",



Projeto de inclusão digital do TRT do Paraná: aulas de informática a crianças carentes

onde o Tribunal oferece a estrutura de informática e seus servidores dão aula de introdução à informática a crianças.

Também realizamos o curso de Libras para servidores da Justiça do Trabalho, para atendimento aos deficientes auditivos. Tivemos ainda, neste ano, um marco para a história do Tribunal do Trabalho do Paraná e para todo o País: a posse do primeiro magistrado cego. Foi um momento histórico na comemoração dos 33 anos do TRT, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

■ A atual gestão do TRT-PR foi marcada ainda pela interiorização. Como foi esse processo?

A proposta é aproximar-se dos magistrados e servidores para ouvir deles as necessidades quanto à estrutura e ao investimento humano. Para isso, criamos o "Fale com a Presidente", um espaço onde pude ouvir as necessidades da Justiça do Trabalho, durante as visitas que fiz nesses dois anos às unidades judiciárias no interior do Paraná.

A interiorização possibilitou, também, conhecer as necessidades do jurisdicionado sob o aspecto administrativo. Realizamos pesquisa de opinião no Segundo Grau para saber como estava sendo realizado o trabalho e em que poderíamos melhorar. O resultado dessa pesquisa está sendo utilizado pelos gestores para a melhoria dos serviços prestados à população.

■ A Justiça do Trabalho tem registrado aumento no número de processos? Como o Judiciário está se preparando para esse aumento de demanda e quais são os desafios?

Pudemos observar que houve aumen-

to de 17% na quantidade de processos ajuizados este ano, comparando janeiro a setembro de 2009 com o mesmo período de 2008. Até setembro, foram registradas 92.120 novas reclamações trabalhistas, ante 78.955 no ano passado. A média de 2008 foi de 8.772 novos processos por mês e, deste ano, 10.235. Os números podem ser explicados pela crise econômica que enfrentamos há cerca de um ano. A notícia boa é que, depois de chegarmos ao pico de 12.235 novos processos, em julho deste ano, esses números começam a cair. Em setembro, último dado registrado, tivemos 9.324 novas ações, chegando próximo às quantidades mensais registradas no ano passado, tendência essa que esperamos seja mantida.

Com relação aos processos solucionados, tivemos 108.029 em 2008, dentro de um universo de 104.846 processos ajuizados durante todo o ano, e de janeiro até setembro de 2009, 87.772. Ou seja, o número dos processos resolvidos por este Tribunal certamente vai superar, até o fim desse biênio, a quantidade de processos novos, embora ainda lutemos com um grande número de ações residuais pendentes de solução.

O incentivo à conciliação, que é a grande vocação desta Justiça especializada (são 48.849 conciliações em 2008 e 40.246 até setembro de 2009), o desenvolvimento na informatização que agiliza as decisões, inclusive contando hoje com três varas do trabalho que funcionam por meio eletrônico, e o aumento do contingente de juizes e servidores, são as apostas que fazemos para solucionar, com maior rapidez e qualidade, os litígios que nos são apresentados. ■

Mutirões da conciliação no Paraná

Flaviane Galafassi

A Justiça do Trabalho do Paraná está programando diversas atividades durante a Semana Nacional da Conciliação, que vão desde mutirão em parceria com as Justiças Estadual e Federal, na capital paranaense, a atividades sociais, no interior do Estado. A Semana Nacional da Conciliação acontece este ano de 7 a 11 de dezembro, em todo o Brasil. Idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça, a realização da Semana em dezembro (8 de dezembro é Dia da Justiça) busca incentivar os acordos nos processos em andamento e promover a cultura da conciliação.

No interior do Estado, a Vara do Trabalho de Nova Esperança, a 470 km de Curitiba, realizará 107 audiências durante a Semana, o dobro das realizadas em semanas normais, e aproveitará a movimentação de pessoas para a realização de ações sociais relacionadas aos direitos de cidadania, atividades artísticas e culturais. A jurisdição de Nova Esperança compreende 15 municípios, sendo 30 mil habitantes apenas no município sede. Por ano são protocolados cerca de mil novos processos. "Quem comparecer às audiências poderá usufruir de serviços como corte de cabelo, confecção de fotografias 3x4 para documentos, exames de pressão arterial e glicemia, orientação em relação ao câncer de colo do útero, emissão de CPF, RG, Carteira de Trabalho e Cartão Cidadão. Haverá ainda apresentações musicais e Varal de Poemas", explica o juiz Luiz Antonio Bernardo, titular da Vara.

Os textos do Varal de Poemas, que consiste na distribuição de material em varais dispostos pelo pátio da unidade, foram escritos por pessoas da cidade e também de outras regiões do estado, mediante divulgação nos meios de comunicação e durante as audiências.

Quem quiser participar do Varal de Poemas deverá enviar material até o dia 30 de novembro. Podem ser enviados até dois poemas por pessoa, no formato A4, com identificação de autoria, para o e-mail vdt01nea@trt9.jus.br.

De acordo com o juiz Luiz Antonio Bernardo, a Vara do Trabalho de Nova Esperança realiza todos os anos atividades diferenciadas. "Atividades como esta acabam contribuindo para fortalecer a ideia da importância da conciliação, uma vez que todos participam em um momento de confraternização", diz.

■ MUTIRÃO

As Justiças Estadual, Federal e do Trabalho se uniram, em Curitiba, para realização de mutirão na Semana Nacional da Conciliação. O mutirão em conjunto pelas três Justiças no Paraná ocorrerá na Praça Nossa Senhora da Salette, em frente ao Palácio do Governo, em Curitiba. No local, partes e advogados que agendarem previamente as audiências nas Justiças correspondentes poderão finalizar seus processos por meio de acordo.

As audiências serão realizadas sob uma tenda, instalada pela Secretaria Especial de Relação com a Comunidade (Serc), em

frente ao Palácio Iguazu. Além do Governo do Paraná, também uniram-se ao projeto e apoiam a realização do mutirão: Sesc Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba, Unimed, Copel e Sanepar.

A Justiça do Trabalho do Paraná está agendando para o mutirão cerca de 1.500 audiências, que serão realizadas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação de 2o Grau, Varas do Trabalho de Pinhais, Colombo, 1ª e 2ª de São José dos Pinhais e 15ª de Curitiba. Como no ano passado, acadêmicos de Direito de faculdades da capital participarão das audiências, auxiliando na conciliação.

Além das audiências no mutirão do Centro Cívico, outras 400 audiências acontecerão, também com a colaboração de acadêmicos, nas sedes da 8ª VT de Curitiba, 3ª de São José dos Pinhais e 1ª de Araucária. Em todo o Paraná, nas Varas do Trabalho que aderirem ao movimento, serão realizadas pautas especiais durante a Semana Nacional da Conciliação.

Quem tem processo em andamento na Justiça do Trabalho do Paraná e ainda não solicitou o ingresso na pauta da Vara do Trabalho correspondente, para tentativa de acordo, poderá fazê-lo pelo site www.trt9.jus.br. Devido à proximidade da semana, só poderão ser incluídos processos em que ambas as partes manifestem interesse na composição. A data da audiência dependerá do espaço disponível na pauta específica da semana, podendo também ser agendada posteriormente. ■

Ações da Anajustra no Paraná

A Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho intensificou, neste ano, seu apoio às ações da Administração do TRT, especialmente em fóruns e eventos.

Antonio Carlos Parente, presidente da Anajustra, destaca a parceria do Tribunal paranaense com a entidade para a realização do Fórum Nacional de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e o XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários. "Também merece ser evidenciada a distribuição de mais de duas mil canecas ecológicas aos servidores e magistrados do Tribunal e de *squeezes* (garrafas) a todos os participantes dos Encontros Regionalizados de Saúde.

Segundo Antônio, entre as ações implementadas, fica em evidência a vitória obtida quanto à redução da jornada de trabalho no TRT, com base na Resolução 88 do CNJ. "Esse pedido administrativo foi apresentado pela Anajustra à Administração do Tribunal. Acredito que essas gestões, assim como aquelas desenvolvidas pelo Sinjutra, foram vitais para a aprovação da redução da jornada de trabalho para 7 horas".

O presidente também destacou as ações da Anajustra em anos anteriores. "Devo enfatizar os planos de saúde da Unimed, ocorrido em 2002, a pedido da Administração do TRT9, e que se estende até hoje. Como essa intervenção consti-

tuía - e constitui - a única forma de possibilitar aos servidores e seus dependentes a contratação de assistência médica pela Unimed, a Anajustra estendeu os benefícios aos não associados, por entender que a proteção da vida humana transcende meras relações de associação. Assim, hoje mais de 5.000 vidas (servidores ativos, inativos e dependentes) são protegidas pela contratação da Anajustra".

Em dezembro, a Anajustra lançará uma nova ação para os associados (servidores) do TRT-PR que possuem débito reconhecido referentes às parcelas decorrentes da URV (11,98%), bem como dos juros de mora decorrentes. ■

Nova área para monitoramento local e remoto do ambiente de TI

Os usuários de Tecnologia de Informação do TRT da 9ª Região terão mais um benefício. A Secretaria de Informática inaugurou a nova sala *Network Operation Center* (NOC) - Centro de Operações de Rede, que monitora todo o ambiente de TI de maneira ininterrupta, 24 horas por dia, permitindo aos técnicos atuar de forma pró-ativa no atendimento e solução de qualquer evento anormal que venha a ocorrer nas redes de dados e sistemas informatizados.

Essa nova área contribui para uma melhor agilidade no tempo de resposta a qualquer falha do sistema, permitindo pró-atividade na detecção de eventos futuros, ou das necessidades dos usuários, e análise da rede para otimização e criação de planos de melhoria contínua e de segurança, a partir dos relatórios de monitoramento. De acordo com os técnicos da SI, o NOC garante mais estabilidade e segurança para o ambiente, graças ao conjunto de ferramentas de gerenciamento implantadas que oferecem mais flexibilidade e facilidade de gerenciamento, com a possibilidade de integração de novos serviços e equipamentos. O NOC permite administrar múltiplas plataformas de diferentes fabricantes, tanto no que se refere a dados quanto a toda infraestrutura de aplicações e comunicação, possibilitando a prevenção de situações críticas nos sistemas informatizados.

Hoje, a SI possui sete profissionais no atendimento do NOC, trabalhando em regime presencial de revezamento 10x5



Nova sala Network Operation Center, na Avenida Vicente Machado, 400 (1º andar)

e de plantão 24x7. Em caso de eventos inesperados, o sistema aciona as áreas competentes para a rápida solução do problema. Além disso, de acordo com o tipo de evento, é possível avisar a uma equipe externa de prestadores de serviço do TRT sobre os problemas ocorridos, monitorar a ação corretiva e encerrar o chamado, bem como gerenciar a capacidade, a disponibilidade, a segurança e as melhorias que podem ser realizadas no ambiente, seguindo as melhores práticas do mercado.

Com a implantação do NOC, está sendo possível adotar o modelo de gerência de Redes FCAPS (mnemônico para Gerenciamento de Falhas, Configuração, Contabilidade, Performance e Segurança). Desta forma, é possível isolar o problema, analisar, solucionar e documentar a solução aplicada, de modo que todo o histórico do incidente esteja documentado

para futuras consultas em casos similares, ou, até mesmo, auditorias de problemas recorrentes. Além do mais, esse modelo permite conhecer a relação existente entre os elementos de rede e como eles fazem parte do ambiente como um todo.

O NOC está equipado com *softwares* de monitoramento da infraestrutura básica de rede, servidores, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e dispositivos de armazenamento de dados, acesso externo via VPN com segurança e criptografia, servidor de e-mail e SMS, diversos desktops, notebooks e telefones celulares e quatro telas de LCD de 50 polegadas. Os profissionais que atuam na área têm capacitação em redes, produtos e serviços de comunicação de dados, sistemas operacionais Microsoft, Linux e HP-UX e nas mais diversas aplicações disponibilizadas aos usuários. ■

Guias de Depósito Judicial

Conforme a Instrução Normativa 33/2008 do Tribunal Superior do Trabalho, o TRT da 9ª Região está disponibilizando, no seu site na internet, uma aplicação que possibilita gerar e imprimir Guias de Depósito Judicial, que ficarão vinculadas ao processo, permitindo a troca de informações entre os bancos e o Tribunal. As guias de depósito judicial são utilizadas para garantia do juízo e pagamento de acordos realizados nas fases de instrução e de execução do processo. Esse tipo de formulário NÃO pode ser utilizado no recolhimento de depósito recursal, para o qual deve ser utilizado o formulário da GFIP disponível no site da Caixa Econômica Federal. Os valores, discriminados em campos próprios, são exclusivamente informativos e de responsabilidade do depositante. A classificação correta da FINALIDADE é fundamental, e obrigatório o preenchimento dos seguintes campos: valor do depósito; nome e CPF/CNPJ do depositante; finalidade da guia; nome do banco. O link de acesso à aplicação é: <http://www.trt9.jus.br/guiedeposito>.

Movimento Cornélio Solidária é finalista do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

Jussara Elisa

O Movimento Cornélio Solidária, da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio (PR), é finalista do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, na categoria "Judiciário Cidadão". Os primeiros, segundos e terceiros colocados nas categorias "Imprensa", "Instituição" e "Judiciário Cidadão" serão conhecidos no dia 9 de dezembro.

■ O PRÊMIO

A Comissão de Direitos Humanos da Anamatra analisou, nos dias 16 e 17 de novembro, os trabalhos inscritos para a

terceira edição do prêmio, em reunião da qual participaram seus membros, os magistrados Gabriel Napoleão Velloso Filho (diretor de cidadania e direitos humanos da entidade), Andréa Nocchi (Amatra-IV), André Cavalcanti (Amatra-XIII) e Leonardo Ely (Amatra-XXIV).

O vencedor de cada categoria receberá estatueta, inspirada no "Cilindro de Ciro", e prêmio em dinheiro no valor líquido de R\$ 6 mil. Os demais finalistas receberão R\$ 3 mil cada.

■ CATEGORIA - JUDICIÁRIO CIDADÃO

O Movimento Cornélio Solidária é fi-

nalista junto com os projetos Aprendendo Direitinho (do ministro do STF Eros Grau) e Luta pelos Direitos dos Deficientes (do servidor Ari Antonio Heck, do TRT da 4ª Região - Rio Grande do Sul).

O projeto, da juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglgio, foi concebido na VT de Cornélio Procópio, no Paraná. Sua atuação não se resume à entrega de alimentos, brinquedos, cobertores e fraldas, pessoalmente, pelos servidores e juizes, às pessoas carentes. Também são realizadas palestras, onde há distribuição de sacolas retornáveis, com folheto explicativo sobre o tema. ■

Campanhas de Natal e do Dia da Criança

Jussara Elisa

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT da 9ª Região está organizando campanha de Natal. Para participar, é necessário "adotar" uma criança, comprando uma roupa, um par de calçados e um presente. As bolinhas de árvore de Natal, que representam cada criança, devem ser solicitadas diretamente ao multiplicador das unidades judiciárias/administrativas. Nos locais onde não houver multiplicador, os interessados podem entrar em contato com a comis-

são: responsabilidadesocial@trt9.jus.br.

O movimento Cornélio Solidária também está realizando campanha de Natal. Para colaborar, basta fazer doação de cesta básica, entrando em contato com os supermercados da cidade de Cornélio Procópio por telefone (pesquisa dos números pelo site www.guiamais.com.br, pesquisa "Supermercados em Cornélio Procópio". Posteriormente, é necessário enviar o valor da cesta em dinheiro para o estabelecimento (entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00).

As VTs de Jacarezinho e de Santo Antônio da Platina, a 3ª de Ponta Grossa e o Fórum de Paranaguá também estão organizando suas campanhas de Natal, com o apadrinhamento de crianças das respectivas regiões. O Fórum de Londrina está arrecadando cestas natalinas.

A Campanha do Dia da Criança foi considerada profícua pela CRS do TRT do Paraná. Cada creche recebeu 153 livros e três caixas de lápis de cor. O PETI recebeu 169 livros. O total das doações foi de 475 livros. ■

A partir de janeiro numeração única dos processos

Todos os processos judiciais terão nova numeração baseada em uma sequência padronizada pelo Conselho Nacional de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 2010. O novo modelo leva em consideração dados como o ano do ajuizamento do processo, o órgão ou segmento do Poder Judiciário e a unidade de origem. A medida visa a facilitar o acesso do cidadão às informações sobre o trâmite dos processos em todas as instâncias da Justiça, bem como nas diferentes instituições. A pesquisa no site da Justiça do Trabalho do Paraná com o novo número será válida só a partir de 1º de janeiro, em paralelo com a numeração atual. Até o final de dezembro deste ano somente é válida a atual numeração para as pesquisas.

■ Jussara Elisa

Curso a distância tem número inédito de inscrições

A Escola Judicial disponibilizou, aos servidores da 9ª Região, o Curso de Reforma Ortográfica e Revisão Gramatical de Língua Portuguesa na forma de ensino a distância. O minicurso Reforma Ortográfica (10h) é dividido em seis módulos. As inscrições foram abertas em 13 de novembro, com o preenchimento das 500 vagas previstas. Uma segunda turma foi aberta a seguir, tendo mais de 200 servidores inscritos. Os demais minicursos versarão sobre regência verbal e nominal, concordância nominal, vírgula e pontuação, uso de conectivos - pronomes, abreviaturas segundo a ABNT, siglas e unidades e uso de conectivos - coesão, coerência, conjunção e seu sentido, coordenação e subordinação da oração.

■ Nelson Copruchinski

III Encontro Regionalizado de Saúde aconteceu em Cascavel

Jussara Elisa

Foi realizada, em 5 e 6 de novembro, a etapa do pólo de Cascavel do III Encontro Regionalizado de Saúde. Servidores de Assis Chateaubriand, Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Palotina, Pato Branco e Toledo participaram do evento.

As palestras e oficinas tiveram uma avaliação total de 92,6% nos conceitos "excelentes" e "bom", resultado que demons-

tra a relevância dos temas abordados por profissionais de grande competência em suas áreas de atuação, segundo os organizadores. O relato de um dos participantes exemplifica a satisfação com o evento: "As palestras alertaram para o cuidado com a saúde e para a necessidade de transformação de hábitos e comportamentos, incorporado-os ao dia-a-dia. Agradeço a todos que promoveram e participaram deste curso. É muito bom saber que o Tribunal da 9ª Região investe na saúde e bem-estar de seus servidores".

A programação do evento contemplou temas como: assertividade e *feedback*; comunicação corporal; o despertar do potencial criativo; atividade física, saúde e longevidade; avaliação postural e correlação com sintomas da vida diária; ética e espiritualidade; e uma performance de mímica, que arrancou muitas risadas e proporcionou reflexões profundas no público.

Os servidores da capital e região metropolitana serão contemplados com as palestras e oficinas do III Encontro Regionalizado de Saúde no mês de abril de 2010. ■

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior presidirá a Seção Especializada do TRT

Jussara Elisa

O desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior presidirá a Seção Especializada do Tribunal do Trabalho do Paraná (gestão 2009/2011). Antes de assumir a magistratura, o desembargador foi servidor da 9ª Região da Justiça do Trabalho - cargo que ocupou por dez anos, a partir de fevereiro de 1977. Em julho de 1987, após aprovação em concurso de provas e títulos, foi empossado no cargo do Juiz Substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Dois anos depois, foi promovido ao cargo de Titular de Vara do Trabalho, tendo atuado

nas VTs de Campo Mourão e 7ª de Curitiba. Nova promoção o levou ao Tribunal, em agosto de 2000, tendo presidido a 5ª Turma de desembargadores, por duas vezes. Atualmente o magistrado preside a Comissão de Jurisprudência do TRT. Na área associativa, foi presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho IX (gestão 1990/1991). ■



Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Doutorado na Espanha

A juíza Emília Simeão Albino Sako, titular da Vara do Trabalho de Pato Branco, concluiu, neste semestre, curso de doutorado, na Universidade de Castilla-La Mancha, na Espanha, em Direito do Trabalho e Trabalho Social. O programa de estudos em direitos sociais é voltado para magistrados do trabalho do Brasil. O tema da tese do curso iniciado em 2006 é "Direitos fundamentais e novas tecnologias; como deveriam ser reconhecidos os direitos fundamentais do teletrabalhador na empresa". ■ Jussara Elisa

Sistema para armazenar fotografias de penhoras

O TRT-PR disponibiliza aos Oficiais de Justiça um sistema de armazenamento de fotografias de penhoras. Esta funcionalidade permite a associação entre fotografias/imagens e diligências. Está disponível na área JUDICIÁRIA da intranet do Tribunal, na aba "Penhoras - Fotos". Manual do sistema pode ser encontrado no MURAL da intranet, consultando por "Sistema de fotografias para penhoras".

■ Secretaria de Informática

Presidente e vice do TRT-PR são cidadãos honorários de Ponta Grossa

Jussara Elisa

A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o vice-presidente, desembargador Luiz Eduardo Gunther, receberam, em 6 de novembro, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, o título de Cidadania Honorária do município. "É muito grande o espírito de gratidão e de bene-

volência desta cidade para os que deixam sua contribuição. Aqui nasci. Deixei Ponta Grossa, porque não poderia deixar de atender ao chamado do meu matrimônio. De Ponta Grossa, contudo, nunca me esqueço. Aqui vivi um período feliz de minha vida, que jamais será varrido pela enorme vassoura invisível do tempo, nas palavras de Milan Kundera. Minha felicidade, nes-

ta noite, é dupla, pois, ao tempo em que recebo essa honraria, vejo meu colega, desembargador Luiz Eduardo Gunther, ser agraciado com o título de Cidadão Honorário. Para mim, o desembargador Gunther personifica o significado preciso da expressão 'homem bom'. Estudioso, dedicado, amigo, justo", ressaltou a presidente Rosalie, em seu discurso. ■



O prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho; o presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, vereador Sebastião Mainardes Júnior; a homenageada; e o diretor do Fórum da Comarca de Ponta Grossa, juiz João Campos Fischer



O prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho; o homenageado; e o presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, vereador Sebastião Mainardes Júnior

Assembleia Legislativa homenageia desembargador Ricardo Tadeu da Fonseca

Jussara Elisa

O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca foi homenageado, em 5 de novembro, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a entrega do Diploma de Menção Honrosa, em reconhecimento à sua atuação como advogado, assessor jurídico, procurador e consultor na adoção de leis e tratados sobre direitos da pessoa com deficiência. Na ocasião, o magistrado Ricardo lembrou que seu currículo é fruto de muito trabalho, e de apoio de amigos e da esposa, Suzana Maria Assumpção Silva Marques da Fonseca. A solenidade foi prestigiada pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista; pelo chefe

da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, procurador Ricardo Bruel da Silveira; pelo presidente interino da

Associação dos Magistrados do Trabalho IX, juiz Carlos Augusto Penteado Conte, e vários outros magistrados. ■



Desembargadores Rosalie Batista e Ricardo Tadeu e os deputados Alexandre Curi e Luiz Cláudio Romanelli. Ao fundo, a esposa do desembargador Ricardo, Suzana da Fonseca

Magistrados da 9ª Região participam de competição da Anamatra

Jussara Elisa (com reportagem de Gisele Brisk)

Juízes da 9ª Região da Justiça do Trabalho conquistaram a terceira colocação geral dos Jogos Nacionais da Anamatra, realizados de 29 de outubro a 1º de novembro, em Bonito (MS). A delegação da Associação dos Magistrados do Trabalho IX compareceu com 23 juízes-atletas. Entre os destaques, o juiz Francisco Ermel confirmou o seu favoritismo. Invicto em todas as partidas, o enxadrista repetiu o resultado de 2007. O juiz Luiz Alves conquistou o 2º lugar nas corridas

rústicas de 5 e 10 km, na categoria "acima de 40 anos", com tempos de 20min15s e 45min59s, respectivamente.

No vôlei de praia feminino, a dupla formada pelas juízas Adelaine Panage e Valéria Franco da Rocha alcançou o ouro na disputa. Outro bronze para a Amatra IX foi na natação, com a magistrada Flávia Daniele Gomes na categoria 50 m nado livre. No futebol, a Amatra IX conseguiu a terceira colocação no futebol, com destaque para a atuação do artilheiro e capitão do time, juiz Luzivaldo Luiz Ferreira. ■



Competição de xadrez foi vencida pelo juiz Francisco Ermel



Time de futebol da Amatra-IX: 3º colocado no campeonato



Equipe de corrida rústica e dupla de vôlei feminino de praia

Servidoras do TRT-PR ganham medalhas em olimpíadas

O TRT-PR conquistou duas medalhas de ouro e duas de prata na VIII Olimpíada Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho, que terminou no dia 20 de novembro, em Aracaju (Sergipe). O ouro foi conquistado pela equipe de vôlei de praia, formada pelas servidoras Ethel Cristina Samek (VT de Campo Mourão) e Andrea Paula Benevino Santos (2ª VT de Maringá), hexacampeãs na competição. A equipe de vôlei de quadra também conquistou o ouro, tornando-se tricampeã consecutiva. A equipe é formada pelas servidoras Madail Alves da Silva (1ª VT de Maringá), Cleide Mara Vasconcelos Alves (3ª de Maringá), Maria Isabel Roque (5ª VT de Maringá), Andréa Santos (2ª VT de Maringá), Rosiane Pfeng (VT de Campo Mourão), Ethel Cristina Samek (VT de Campo Mourão), Kátia Domingues (VT de Nova Esperança), Sheila Zuniga (VT de Nova Esperança) e Marcela Del Pintor (VT de Nova Esperança). A servidora Cleide Mara Vasconcelos Alves, da 3ª VT de Maringá, também conquistou duas medalhas de prata no Atletismo - 1.500 e 3 mil metros. ■ Flaviane Galafassi

Treinamento: Juriscalc

De 18 a 27 de novembro, foi realizado treinamento para servidores visando ao uso da ferramenta Juriscalc. A primeira turma contou com a presença de 16 servidores de diversas VTs e setores do TRT. Da segunda turma participaram 15 pessoas (14 servidores de VTs da capital e 1 servidor da 2ª Vara de Guarapuava). Os servidores Bernadete Tibes de S. Fernandes (coordenadora), Regina C. Vieira Corrêa, Arely Feitosa da C. Lima e José Roberto Martins - todos da Assessoria de Economia e Orientação de Cálculos - foram os instrutores. Após as aulas, deram suporte aos treinandos, dirimindo dúvidas e orientando na aplicação prática do sistema. A partir de março de 2010 estão previstas novas turmas, até que todas as Varas do Trabalho da 9ª Região tenham, pelo menos, um servidor treinado para o uso da ferramenta. O final desse ciclo de treinamento está previsto para o final de 2010. ■ Jussara Elisa